

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017****NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB é Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída pela Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme Deliberação da 11ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 1976. Está registrada no livro "A" nº 01, sob nº 96 no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, em 15 de setembro de 1976, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, de acordo com a Portaria nº 1301, de 20 de dezembro de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação tem por finalidade básica instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, sendo que qualquer prestação de caráter previdenciário somente poderá ser criada, majorada ou estendida com a respectiva receita de cobertura previamente definida em plano anual de custeio. Também poderá incumbir-se da prestação de serviços assistenciais à saúde, obedecidos aos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para atingir sua finalidade básica, a entidade conta com recursos de contribuições mensais das empresas patrocinadoras e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados e também com a capitalização dos rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos.

A FACEB administra atualmente dois planos de benefícios previdenciais, conforme abaixo:

Quadro 1: Planos de Previdência da FACEB

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da Faceb	1993.0004-29	BD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB
Plano de Benefícios CEBPREV	2006.0068-11	CD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - CEB Geração S/A - CEB Participação S/A - CEB Lajeado S/A

Fonte: Gerência de Previdência – GPRV.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, Plano BD, da Faceb, encontra-se fechado para novas adesões.

O Plano de Benefícios CEBPREV – Plano CD, na modalidade Contribuição Definida, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 4.122 /SPC/DETEC/CGAF, de 19/12/2006, publicado no Diário Oficial da União em 21/12/2006.

Com objetivo de tornar a administração dos serviços mais especializada, a FACEB estuda a possibilidade de cisão dos planos assistenciais e de previdência por meio da criação de instituições independentes, uma responsável pela gestão dos planos de previdência e outra responsável pela administração dos planos de saúde.

A seguir quadro comparativo dos participantes dos Planos BD e CD de 2017 em relação a 2016:

Quadro 2: Demonstrativo de Participantes por Plano

PLANOS	2017		2016	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
Benefício Definido – BD	399	1.484	465	1.431
Contribuição Definida – CD	861	0	859	0
TOTAL	1.260	1.484	1.324	1.431

Fonte: Gerência de Previdência – GPRV.

A idade média da população do Plano BD (ativos e assistidos) é de 62,9 anos e a idade média da população do Plano CD é 42,3 anos.

Foi publicada no Diário Oficial da União de 3/12/2015, a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, que altera a Resolução CGPC nº 26, de 29/9/2008, que trata da apuração dos resultados, destinação do superavit e equacionamento do deficit dos planos de benefícios e o Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 18/3/2006, que estabelece parâmetros atuariais.

As alterações elencadas na citada resolução trazem regras de solvência dos planos de benefícios previdenciários, determinando tratamentos especiais para destinação da reserva especial e equacionamento do deficit dos planos de benefícios.

A Diretoria Executiva apreciou as notas explicativas relativas às demonstrações contábeis no dia 16/02/2018.

Para o exercício de 2017 não houve eventos subsequentes relevantes que gerem ajustes as demonstrações contábeis, conforme CPC nº 24/IAS 10.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e incluem a totalidade dessas rubricas na contabilização dos planos mantidos pela entidade.

Por determinação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, os valores das demonstrações contábeis e notas explicativas estão expressos em milhares de reais. A FACEB apresenta, mensalmente, balancete por plano de benefício, balancete do Plano de Gestão Administrativa e balancete consolidado. As demonstrações contábeis da FACEB estão apresentadas da seguinte forma:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrim nio Social – DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada e por plano de benefício) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior.

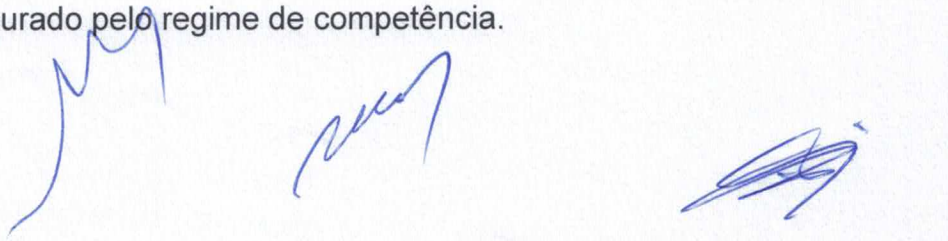
As operações relativas ao plano de assistência   saúde estão demonstradas separadamente de acordo as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento   Resolução CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaborac o das demonstrac es contábeis foram:

3.1 Apurac o de Resultados

O resultado do exercício   apurado pelo regime de competência.



Three handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page. The first signature is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right. Below the third signature, there is a circled number '3'.

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis essenciais

A Fundação realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. Aquelas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo:

Julgamentos, estimativas e premissas:

a. Provisões técnicas atuariais

Envolvem cálculos complexos em função da utilização de premissas atuariais, premissas econômicas, tais como taxa de inflação, ganho real de investimentos, escala de ganhos salariais, premissas não econômicas, como idade de aposentadoria, mortalidade, composição familiar entre outras. A Fundação contrata empresa especializada independente para calcular as provisões técnicas atuariais.

b. Processos legais

As provisões contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por consultores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As classificações de risco dos processos judiciais são revisadas periodicamente pela consultoria jurídica da Fundação.

c. Provisão para perdas e para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC n o 34, de 24/09/2009 e apresentados abaixo. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Quadro 3: Demonstrativo de Dias em atraso e Percentual a Provisionar para Perda

Dias em atraso	%
De 61 a 12 dias	25%
De 121 a 240 dias	50%
De 241 a 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

d. Provisão de Férias e 13º. Salário e Respectivos Encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o 13º salário, são provisionadas no Plano de Gestão de Gestão Administrativa – PGA, pelo regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.3 Demonstração da Mutação do Patrim nio Social (DMPS) consolidada

A DMPS consolidada destina-se   evidenciac o das alterac es do patrim nio social, no exercício a que se referir.

3.4 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterac es do fundo administrativo.

3.5 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterac es do fundo administrativo do plano de benefícios.

3.6 Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.7 Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se   evidenciac o das alterac es do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.8 Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

NOTA 4 – Ativo Realizável

A seguir quadro comparativo do Ativo Realizável por plano:

Quadro 4: Demonstrativo Ativo Realizável dos Planos Administrados pela FACEB

Conta	Nome da Conta	2017				
		PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	CONSOLIDADO
12000000000000	REALIZÁVEL	1.281.541	43.757	22.656	(14.788)	1.333.166
12100000000000	GESTÃO PREVIDENCIAL	6.158	1.321	-	(1)	7.478
12200000000000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.193	3.751	8.956	(14.787)	8.113
12300000000000	INVESTIMENTOS	1.265.190	38.685	13.700	-	1.317.575
Conta	Nome da Conta	2016				
		PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	CONSOLIDADO
12000000000000	REALIZÁVEL	1.272.796	33.470	21.301	(13.124)	1.314.443
12100000000000	GESTÃO PREVIDENCIAL	24.835	1.189	-	(28)	25.996
12200000000000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.535	2.731	9.018	(13.096)	8.188
12300000000000	INVESTIMENTOS	1.238.426	29.550	12.283	-	1.280.259

(*) As operações comuns são os ajustes efetuados nas eliminações no processo de consolidação das demonstrações

4.1 – Gestão Previdencial: O valor de R\$ 7.478 mil (R\$ 25.996 mil em 2016) é composto de direitos a receber de participantes no valor de R\$ 1.502 mil (R\$1.608 mil em 2016), depósitos judiciais recursais de R\$ 4.521 mil (R\$ 4.275 mil em 2016) e contribuição da patrocinadora e valores a receber no valor de R\$ 1.455 mil (R\$ 20.113 mil em 2016). O quadro a seguir representa as contribuições contratadas com a patrocinadora:

Quadro 5: Demonstrativo das Contribuições Contratadas Serviço Passado Plano BD

ITENS	Exercício de 2018.
VALOR CONTRATADO	28.897 mil
SALDO DEVEDOR ATUAL	0
PRAZO DE AMORTIZAÇÃO PACTUADO	13
PRAZO DE AMORTIZAÇÃO RESTANTE	0
VALOR DAS PARCELAS	2.369 mil (*)
DATA DE VENCIMENTO	ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS
ATUALIZAÇÃO PACTUADA	INPC + 6%

(*) Valor da parcela relativa ao mês de Julho/2017.

As Contribuições Contratadas (Plano BD) – serviço passado – têm como objetivo a cobertura de compromissos especiais assumidos pela patrocinadora CEB, por ocasião da alteração do plano de benefícios promovida em 1993, tendo sido redefinida à época do estudo para a adequação ao disposto na Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/98. Seu valor inicial foi calculado atuarialmente, capitalizadas inicialmente em 180 parcelas mensais e foram amortizadas mensalmente pela patrocinadora CEB, conforme termos aditivos ao contrato nº 083/2001/CEB-FACEB, de 27 de dezembro de 2001, firmados em 30 de março de 2005, 7 de junho de 2006 e 1 de abril de 2015.

Conforme nota 19, as contribuições contratadas foram suspensas pelo período de 15 (meses), a contar de 01 de abril de 2015, até 30 de julho de 2016. A dívida foi encerrada no exercício de 2017, com o pagamento integral das parcelas remanescentes.

As contribuições contratadas foram integralmente pagas durante o exercício de 2017.

4.2 – Gestão Administrativa: o valor R\$ 8.113 mil (R\$ 8.188 mil em 2016) representa direitos a receber que estão contabilizados pelo regime de competência e depósitos judiciais recursais relativos ao PIS e COFINS.

4.3 – Investimentos - neste grupo estão registrados os recursos garantidores das provisões matemáticas e do Plano de Gestão Administrativa em Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários e Empréstimos. Estão, também, registrados acréscimos ou decréscimos decorrentes de tais operações. Os investimentos, em sua maioria, estão custodiados no Banco Bradesco S/A e na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. Do Patrimônio total da Faceb em 31 de dezembro de 2017, 5,50% está sob gestão terceirizada, neste contexto estão inseridos os fundos de investimentos, bem como os FIP'S.

Os Investimentos da FACEB são acompanhados permanentemente em reuniões com empresa de consultoria especializada, bem como pelo Comitê de Investimentos da Fundação, onde são definidas as estratégias e sua aderência à Política de Investimentos, como forma de mantê-la sempre atualizada.

A estrutura da gestão dos investimentos da Faceb é multifundo, ou seja, gestão individualizada dos recursos dos planos, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

4.3.1 - Os investimentos efetuados em títulos do governo federal e em créditos privados incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

4.3.2 - As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

4.3.3 - Os fundos de Investimento estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base variações de mercado.

Os referidos Fundos são abertos, ou seja, não exclusivos e as principais alocações estão sob gestão dos Bancos: Bradesco S.A (Fundo de Renda Fixa) e Banco Safra S.A (Fundo Multimercado), que são compostos principalmente por títulos públicos e Banco Bradesco S.A (Fundo de ações).

4.3.4 - Os Investimentos Imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de rendas/variações positivas de investimentos imobiliários.

O imóvel da Fundação situado em Brasília foi reavaliado em outubro de 2017, o mesmo é reavaliado a cada três anos, a reavaliação abrangeu todo o seu agregado físico. O Laudo foi fundamentado nas normas técnicas da ABNT, Avaliação de Bens, registradas no INMETRO como NBR 14.653 – Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos), a avaliação apresenta a especificação de Grau de fundamentação II e Grau de precisão III, foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, conforme subitem 8.2.1 da NBR 14653-2, baseado em processo de inferência estatística, com adoção de modelo de regressão linear múltipla, com auxílio do programa SISREN versão 1.98.2. Segue quadro relativo à reavaliação do Imóvel:

Quadro 6: Reavaliação do Imóvel da FACEB (Plano BD)

IMÓVEL	SCS Quadra 4, Bloco "A", nº 141/153 Lotes 10 e 11 Ed. FACEB - Brasília - DF
HISTÓRICO	Reavaliação de Imóvel de Uso Próprio e Locada a Terceiros
DATA DA REAVALIAÇÃO	30/10/2017
DATA DO REGISTRO CONTÁBIL	31/10/2017
AVALIADOR RESPONSÁVEL	Eucalyptus Engenharia e Construção Ltda. CNPJ 03.082.650/0001-11
VALOR CONTÁBIL ATÉ A DATA DA REAVALIAÇÃO	R\$ 18.241 Mil
VALOR DA REAVALIAÇÃO	R\$ 13.000 Mil
RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	(R\$ 5.241) Mil
VIDA ÚTIL REMANESCENTE	50 anos
CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS	123.604.01 e 123.604.03

Após embates judiciais, foi recebido em garantia da CCI da Empresa M. Brasil um imóvel localizado na Rua São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ pelo valor de R\$ 4.283 mil. O imóvel foi contabilizado, porém foi constituída uma provisão para perda por diligência da Administração, tendo em vista a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dispõe que as aquisições de investimentos imobiliários devem ser precedidas de laudo de avaliação. A provisão para perda do referido imóvel foi realizada, tendo em vista o que dispõe o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 27 acerca da contabilização de ativo imobilizado, considerando também o CPC 30, que trata da contabilização de receitas, em consonância com princípio contábil da prudência.

4.3.5 - Os Empréstimos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais, sendo a taxa adotada para concessão equivalente ao INPC mais 0,70% ao mês.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04/02, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Os títulos classificados em "títulos para negociação" são avaliados mensalmente ao valor de mercado, e os classificados em "títulos mantidos até o vencimento" são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os efeitos das classificações são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. O quadro a seguir demonstra as referidas classificações:

Quadro 7: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano BD)

1 - Investimentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (Plano BD)				
1 - RENDA FIXA				
1.1 - Títulos Mantidos até o vencimento	Exercício 2017		Exercício 2016	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
TÍTULOS PÚBLICOS	406.252	1.071.730	406.252	1.041.002
Notas do Tesouro Nacional – NTN	406.252	1.071.730	406.252	1.041.002
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	51.837	86.789	51.837	80.616
Depósito a prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	-	-
Debêntures não Conversíveis - DNC Cia Abertas	1	5	1	4
Cédula de Crédito Bancário - CCB CIA ABERTAS	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	9.168	15.188	9.168	15.994
Letra Financeira - LF	42.668	71.596	42.668	64.618
Total títulos mantidos até o vencimento	458.089	1.158.519	458.089	1.121.618

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Os títulos classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos no exercício de 2017:		
	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	-	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	1.158.519	1.158.519
TOTAL	1.158.519	1.158.519

1.2 - Títulos para negociação	Exercício 2017 R\$ Mil		Exercício 2016 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS	5.098	5.476	5.098	5.077
Notas do Tesouro Nacional – NTN	5.098	5.476	5.098	5.077
FUNDOS DE INVESTIMENTO	81.608	53.220	85.796	57.784
Renda Fixa	10.792	18.170	14.980	10.792
Ações	6.000	8.699	6.000	6.513
Direitos Creditórios	13.022	8.309	13.022	8.339
Participações	45.754	8.646	45.754	23.524
Imobiliário	3.040	5.784	3.040	5.464
Multimercados	3.000	3.613	3.000	3.152

1.3 – Ações	Exercício 2017 R\$ Mil		Exercício 2016 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações	6.327	757	6.327	2.542
Companhias Abertas	6.327	757	6.327	2.542

Notas:

- 1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.
- 2 - Declaramos que a FACEB, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria 1.1 até a data do seu vencimento.

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Quadro 8: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano CD)

2 - Investimento do Plano CEBPREV (CD)				
2 - RENDA FIXA				
2.1 - Títulos Mantidos até o vencimento	Exercício 2017		Exercício 2016	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
TÍTULOS PÚBLICOS	5.245	15.769	5.245	15.306
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.245	15.769	5.245	15.306
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.086	1.722	1.086	1.545
Letra Financeira - LF	1.086	1.722	1.086	1.545
Total títulos mantidos até o vencimento	6.331	17.491	6.331	16.851

Os títulos classificados no item 2.1 possuem os seguintes vencimentos no exercício de 2017:

	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	-	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	17.491	17.491
TOTAL	17.491	17.491

2.2 - Títulos para negociação	Exercício 2017		Exercício 2016	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.237	17.417	4.054	11.288
Referenciado	10.237	16.213	2.997	10.237
Renda Fixa	-	-	1.057	1.051
Ações	1.000	1.204		
Multimercado	11.237	17.417	4.054	11.288

Notas:

1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

Quadro 9: Investimentos do Plano de Gestão Administrativa da FACEB (PGA)

3 - Investimento do Plano Gestão Administrativa (PGA)				
3 - RENDA FIXA				
3.1 - Títulos Mantidos até o vencimento	Exercício 2017		Exercício 2016	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
TÍTULOS PÚBLICOS	1.665	5.011	1.665	4.867
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.665	5.011	1.665	4.867
Total títulos mantidos até o vencimento	1.665	5.011	1.665	4.867

Os títulos classificados no item 3.1 possuem os seguintes vencimentos no exercício de 2016:

	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	-	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	5.011	5.011
TOTAL	5.011	5.011

3.2 - Títulos para negociação	Exercício 2017		Exercício 2016	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
FUNDOS DE INVESTIMENTO	7.417	8.688	7.120	7.417
Referenciado	7.417	8.688	7.120	7.417

Notas:

1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

2 - Declaramos que a FACEB, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria 3.1 até a data do seu vencimento.

A FACEB mantém provisão para perda no valor total dos investimentos, ou seja, 100%, considerados de difícil realização, conforme Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as mesmas estão acionadas judicialmente visando o seu recebimento, conforme a seguir:

Quadro 10: Provisão para Perda Plano Consolidado

R\$ Mil

DESCRIÇÃO (Consolidado)	Exercício 2017	Exercício 2016
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	57.348	61.631
CDB - Certificado de Depósito Bancário (Banco Santos S/A)	1.794	1.794
Procid Participações e Negócios S/A e Crefisul Leasing	10.682	10.682
DNC - Debêntures não Conversíveis (Ulbra Recebíveis S/A)	6.722	6.722
DNC - Debêntures não Conversíveis (Sultepa)	11.792	11.792
CCB - Sociedade Ltda. (SAMCIL)	11.026	11.026
(*) CCI - Sociedade Ltda. (M. Brasil)	426	4.709
CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final/Ameplan)	14.906	14.906
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.795	1.427
Aluguéis	1.427	1.427
(*) Imóvel (Rio de Janeiro)	4.368	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	469	172
Empréstimos	469	172
TOTAL	63.612	63.230

(*) No exercício de 2017 foi baixado da provisão para perda o valor de R\$ 4.283 mil em decorrência de recebimento de imóvel localizado no Rio de Janeiro referente CCI da Empresa M. Brasil, entretanto foi constituída provisão para perda do referido imóvel conforme nota 4.3.4.

4.3.6 – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão do trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à diferença de correção monetária paga a menor no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN.

A FACEB associada da ABRAPP é parte nessa ação, logo possui uma contingência ativa.

Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a FACEB não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução).

Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4651/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

Quadro 11: Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos.

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	Exercício 2017	Exercício 2016
TÍTULOS PÚBLICOS	1.097.987	1.066.251
Notas do Tesouro Nacional	1.097.987	1.066.251
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	88.511	82.162
Instituições Financeiras	73.317	66.163
Companhias Abertas	5	5
Sociedades de Propósito Específico	15.189	15.994
AÇÕES	757	2.542
Companhias Abertas	757	2.542
FUNDOS DE INVESTIMENTO	79.326	76.489
Referenciado	8.688	17.654
Renda Fixa	34.383	10.792
Ações	8.699	6.513
Multimercado	4.817	4.203
Direitos Creditórios	8.309	8.339
Participações	8.646	23.524
Imobiliário	5.784	5.464
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	13.014	18.443
Uso Próprio	2.160	5.391
Locadas a Terceiros	10.854	13.052
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	37.347	33.739
Empréstimos	37.347	33.739
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	633	633
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	1.317.575	1.280.259

Apresentamos a seguir quadros demonstrativos evidenciando as rentabilidades obtidas e as exigidas em 2016, comparativamente com as de 2017:

Quadro 12: Comparativo Rentabilidade do Plano BD

RENTABILIDADE PLANO BD			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2017	9,34	7,81	1,53
2016	12,57	12,63	-0,05

Quadro 13: Comparativo Rentabilidade do Plano CD

RENTABILIDADE PLANO CD			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2017	10,08	6,43	3,65
2016	13,87	10,96	2,62

Quadro 14: Comparativo Rentabilidade do PGA

RENTABILIDADE PGA			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2017	9,65	9,95	-0,30
2016	13,92	14,00	-0,07

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV.

NOTA 5 - Ativo Permanente

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. É composto de imobilizado e intangível, no montante de R\$ 71 mil (R\$ 115 mil em 2016).

Quadro 15: Ativo Permanente da FACEB

Nome da Conta	2.017	2.016
PERMANENTE	71	115
IMOBILIZADO	71	115
OPERACIONAL CORPÓREO	71	115
BENS MÓVEIS	71	115
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	32	40
(-) Depreciação	57	55
Custo Atribuído - Móveis e Utensílios	89	95
VEÍCULOS	18	35
(-) Depreciação	66	50
Custo Atribuído - Veículos	84	85
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	21	37
(-) Depreciação	130	115
Custo Atribuído - Computadores e Periféricos	151	152
VENTILADORES E REFRIGERADORES DE AR	-	3
(-) Depreciação	60	57
Custo Atribuído - Ventilad. e Refrigeradores	60	60

A FACEB adotou as seguintes taxas de depreciação e amortização:

- Móveis e utensílios: 10 % a.a.;
- Máquinas e equipamentos: 10 % a.a.;
- Computadores e periféricos: 20 % a.a.;
- Ventiladores e refrigeradores de ar: 25% a.a.;
- Veículos: 20% a.a.; e
- Intangível: 20% a.a.

NOTA 6 - Gestão Assistencial

Está Registrado o ativo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Quadro 16: Gestão Assistencial

Conta	Nome da Conta	2017	2016
140000000000000	GESTÃO ASSISTENCIAL	43.404	21.588

NOTA 7 - Regime Tributário**7.1 - Imposto de Renda para as Entidades Fechadas**

Em 29 de dezembro de 2004 foi publicada a Lei nº 11.053, conversão da MP nº 209 de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A lei, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2005, isentou os Fundos de Pensão do pagamento do Imposto de Renda.

7.2 - Imposto de Renda para os Participantes

De acordo com a legislação vigente para os planos previdenciários na modalidade BD (Benefício Definido), é utilizada a tabela progressiva de Imposto de Renda. Para os participantes do plano CD (Contribuição Definida) é opcional a escolha da tabela de IRRF (progressiva ou regressiva).

7.3 - PIS e Cofins

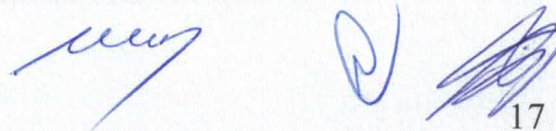
O PIS e a Cofins são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base nas receitas auferidas de acordo com a legislação pertinente, e partir da competência do mês de março/2006 passaram a ser depositados judicialmente. (nota 10). A partir da competência de janeiro de 2015 as referidas contribuições passaram a ser recolhidas normalmente, e não mais depositadas judicialmente, conforme orientação jurídica.

NOTA 8 – CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o valor das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

As fontes utilizadas para o custeio administrativo dos planos de benefícios geridos pela FACEB foram as seguintes:

- Contribuição dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio Anual;
- Contribuição das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos;



FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Reembolso dos Patrocinadores e Instituidores;
- Receitas Administrativas;
- Fundo Administrativo.

O teto limite de destinação de recursos (fontes), para o plano de gestão administrativa, é de 1% de taxa de administração, percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. A Faceb destinou o percentual de 0,73% (0,75% em 2016), conforme demonstrado a seguir:

A) RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT

		R\$ Mil
1.0.0.0.00.00.00	ATIVO	1.304.271
1.1.0.0.00.00.00	DISPONÍVEL	396
1.2.3.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.303.875
2.0.0.0.00.00.00	PASSIVO	1.121
2.1.3.0.00.00.00	EXIG. OPERACIONAL INVESTIMENTOS	488
2.2.0.0.00.00.00	EXIG. CONTINGENCIAL INVESTIMENTOS	633
RGRT =	(ATIVO - PASSIVO)	1.303.150

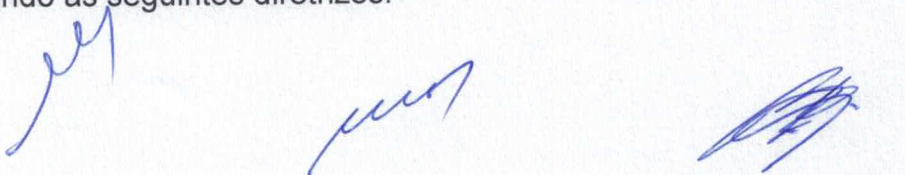
B) RECURSOS DESTINADOS AO PGA

CONTAS		R\$ Mil
3.4.2.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES/REEMBOLSOS	2.730
5.4.0.0.00.00.00	COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.836
RECURSOS TRANSFERIDOS AO PGA		9.566

C) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = $\frac{\text{(Recursos destinados ao PGA)} \times 100}{\text{RGRT}}$ = **0,73**

Limite legal: 1%

As despesas administrativas foram contabilizadas na PGA – Plano de Gestão Administrativa, as quais foram rateadas entre as Gestões Previdencial, Assistencial e Fluxo dos Investimentos, seguindo as seguintes diretrizes:



18

Quanto ao critério de Rateio das despesas administrativas, as despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios foram custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns foram custeadas pelos planos de benefícios por meio de critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrativos pela FACEB considerando o número de participantes e seus pesos, bem como as reservas matemáticas dos planos de benefícios.
- As despesas administrativas assistenciais foram integralmente custeadas pelos Planos de Benefícios assistenciais administrados pela FACEB.
- As despesas administrativas de investimentos foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, na proporção dos recursos garantidores de cada um no total de recursos administrados pela FACEB.

No quadro a seguir demonstra os percentuais de rateio relativo às despesas comuns as três Gestões, exceto pessoal, utilizados no exercício de 2016 e 2017:

Quadro 17: Critério de Rateio Despesas Administrativas

GESTÃO	PESSOAL E ENCARGOS	SERVIÇOS DE TERCEIROS	DESPESAS GERAIS
PREVIDENCIAL	27,69%	39,08%	21,52%
INVESTIMENTO	33,87%	26,62%	32,85%
ASSISTENCIAL	38,44%	34,30%	45,63%

Obs.: As despesas totais de Pessoal e encargos foram rateadas de acordo com percentuais apresentados (média ponderada), facilitando desta forma a parte operacional.

NOTA 9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

O montante de R\$ 5.272 mil (R\$5.190 mil em 2016) deste grupo representa os compromissos financeiros assumidos pela FACEB e não liquidados até a data do balanço. Está assim distribuído: Gestão Previdencial - R\$ 3.955 mil (R\$ 3.574 mil em 2016), Gestão Administrativa - R\$ 1.279 mil (R\$ 1.610 mil em 2016) e Investimentos - R\$ 38 mil (R\$ 6 mil em 2016).

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
 Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
 http://www.faceb.com.br

Quadro 18: Exigível Operacional

Conta	Nome da Conta	2017				CONSOLIDADO
		PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	
21000000000000	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.540	297	1.280	(845)	5.272
21100000000000	GESTÃO PREVIDENCIAL	4.057	292	-	(394)	3.955
21200000000000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	1.280	(1)	1.279
21300000000000	INVESTIMENTOS	483	5	-	(450)	38
Conta	Nome da Conta	2.016				CONSOLIDADO
		PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	
21000000000000	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.304	112	1.632	(858)	5.190
21100000000000	GESTÃO PREVIDENCIAL	3.888	107	-	(421)	3.574
21200000000000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	1.632	(22)	1.610
21300000000000	INVESTIMENTOS	416	5	-	(415)	6

(*) As operações comuns são os ajustes efetuados nas eliminações no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

NOTA 10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FACEB é parte em processos contingenciais de natureza cível e Tributária. O critério adotado pela Fundação considera a possibilidade de ocorrência de perda nas ações de pólo passivo, com base na avaliação jurídica de cada ação, conforme quadro a seguir:

Quadro 19: Exigível Contingencial

R\$ Mil

Exigível Contingencial				
Descrição	Previdencial Plano BD	Investimento Plano BD	Administrativo	Total
Valor Provisionado	4.827	633	7.528	12.988
Depósitos judiciais e recursais	(4.521)	(633)	(7.528)	(12.682)
Saldo líquido	306	0	0	306

Está registrado no exigível contingencial da Gestão Previdencial o valor R\$ 4.827 mil (R\$ 4.317 mil em 2016).

As eventuais perdas foram enquadradas em remotas, prováveis e possíveis, para fins de registro nas demonstrações contábeis, levando-se em consideração a seguinte regra de provisionamento: 100% do valor apurado nos processos avaliados como perda provável e nenhum tratamento contábil aos processos avaliados como perda remota e possível, conforme quadro a seguir:

Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page. A circled number '20' is located in the bottom right corner.

Quadro 20: Valor em Risco

Expectativa de perda	Previdencial Plano BD		PGA	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Remota	1.068	0	72	0
Provável	306	306	0	0
Possível	700	0	104	0
Total	2.074	306	176	0

Os valores relativos aos depósitos judiciais/recursais referente ao contingencial estão contabilizados em contas do ativo, sendo R\$ 4.521 mil (R\$ 4.275 mil em 2016) da Gestão Previdencial, R\$ 633 mil (R\$ 633 mil em 2016) do Investimento e R\$ 7.528 mil (R\$ 7.528 mil em 2016) da Gestão Administrativa.

No Exigível contingencial administrativo estão contabilizados os valores relativos à ação judicial de tributos (PIS e COFINS), considerando que a exigibilidade destes vem sendo discutida judicialmente no valor de R\$ 7.528 mil (R\$ 7.528 mil em 2016).

NOTA 11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS**11.1 - Plano na modalidade Benefício Definido**

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela entidade e acompanhados por atuário interno, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos, benefícios a conceder e à provisão matemática a constituir.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2017 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

Quadro 21: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano BD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2017	Utilizada na Avaliação Atuarial 2016
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M	AT - 2000 M
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Taxa real anual de juros	5,70%*	5,70%*
Taxa anual de crescimento real dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Rotatividade	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,19%)	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,31%)
Fator de capacidade salarial	0,9814	0,9775
Fator de capacidade dos benefícios	0,9814	0,9775
Taxa anual de inflação estimada	4,24%	5,16%

Foi adotado o método Agregado e o regime financeiro de Capitalização para determinar as obrigações projetadas com aposentadorias, pensão por morte, pecúlio por morte e abono anual. Para os benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral, adotou-se o regime de Repartição Simples.

As provisões de benefícios concedidos representam o valor atual dos benefícios futuros já concedidos, líquidos das futuras contribuições, a serem pagos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

As provisões de benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios futuros, ainda não concedidos, deduzido das futuras contribuições, a serem pagos aos participantes ativos na forma de benefícios, sejam de prestação continuada, sejam de prestação única (Pecúlio por morte).

As provisões matemáticas a constituir – serviço passado – representam o registro de pagamentos futuros de joia a amortizar de participantes.

A taxa de juros atuarial para o exercício de 2017 foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 375, de 17/04/2017.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a "duração" do passivo do Plano BD resultou em 11,61 anos, com taxa parâmetro máxima de 5,70% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequente adoção da taxa de juros parâmetro de 5,70% ao ano, que vem sendo utilizada desde a Avaliação Atuarial de dezembro/2015.

11.2 - Plano na modalidade Contribuição Definida

As provisões matemáticas são determinadas em função dos recursos acumulados, compostos pelas contribuições dos participantes, patrocinadoras e a rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2017 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

Quadro 22: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano CD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2017	Utilizada na Avaliação Atuarial 2016
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M	AT - 2000 M
Taxa real anual de juros	4,38%	4,33%

11.3 – Provisões Consolidadas

O quadro a seguir demonstra as provisões matemáticas consolidadas dos Planos de Benefício Definido e Contribuição Definida:

Quadro 23: Demonstrativo das Provisões Matemáticas Consolidadas

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.298.818	1.284.701
1. Provisões Matemáticas	1.539.343	1.542.867
1.1. Benefícios Concedidos	1.197.219	1.072.364
Benefício Definido	1.197.219	1.072.364
1.2. Benefício a Conceder	375.354	470.555
Contribuição Definida	38.998	29.995
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	19.320	14.842
Saldo de contas - parcela participantes	19.678	15.153
Benefício Definido	336.356	440.560
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(33.230)	(52)
(-) Serviço passado	(45)	(52)
(-) Participantes	(45)	(52)
(-) Déficit Equacionado	(33.185)	-
(-) Patrocinador (es)	(11.502)	-
(-) Participantes	(6.314)	-
(-) Assistidos	(15.369)	-
2. Equilíbrio Técnico	(240.525)	(258.166)
2.1. Resultados Realizados	(240.525)	(258.166)
Déficit técnico acumulado	(240.525)	(258.166)

NOTA 12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Compreende o excedente ou a insuficiência patrimonial (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

O Plano BD apresentou, no exercício, superávit técnico de R\$17.640 mil, o deficit do Plano diminuiu de (R\$258.166 mil) em, 31/12/2016, para (R\$240.525) mil em 31/12/2017, representando uma diminuição de 6,83%, ou R\$17.640 mil. Essa redução deveu-se, em especial, à constituição da Provisão Matemática a Constituir relativa ao equacionamento do deficit técnico de 2016, somada ao ganho atuarial motivada pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano.

Conforme contido no Parecer Atuarial a rentabilidade do Plano BD foi de 9,34% no exercício de 2017, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5,70% acrescida do INPC de 2,07%, totalizou 7,88% no mesmo período, gerando um ganho atuarial de 1,36.

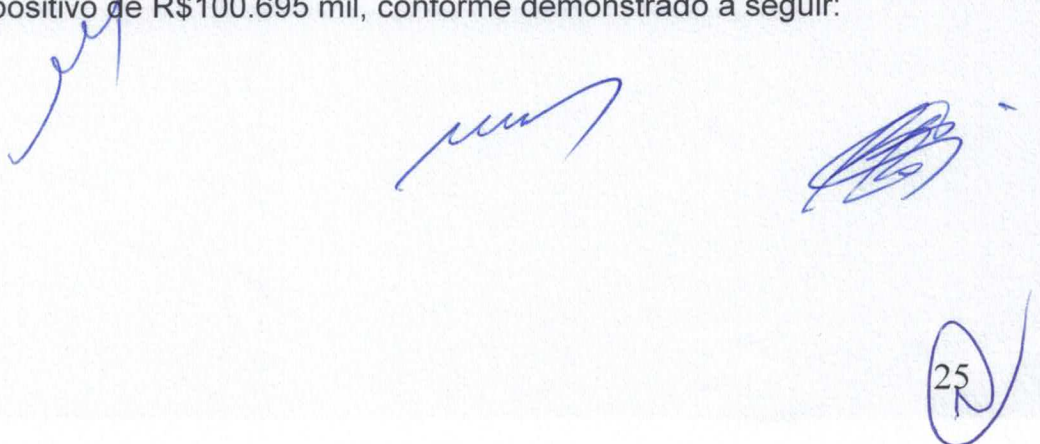
O Plano CD não apresenta superávit/déficit, uma vez que todos os valores que ingressam ao Plano, seja a título de contribuição ou a título de rentabilidade, são integralmente direcionados para a constituição de Provisões Matemáticas e Fundos, mantendo, desta forma, uma equalização constante entre ativos e passivos.

NOTA 13 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,70% e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2017 do Plano BD resultou em um valor positivo de R\$100.695 mil, conforme demonstrado a seguir:



Three handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page. The first signature is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right. Below the third signature, the number '25' is written inside a circle.

Quadro 24: Demonstrativo Ajuste da Precificação

ANO VENCIMENTO NTN-B	QUANTIDADE NTN-B	FINANCEIRO CARTEIRA (VALOR CONTÁBIL) (R\$ MIL)	FINANCEIRO RECALCULADO (R\$ MIL)	VALOR DO AJUSTE (R\$ MIL)
2019	8.000	24.283	24.576	293
2021	1.350	4.117	4.168	51
2023	13.840	40.917	42.938	2.022
2024	80.415	222.744	253.664	30.919
2026	12.370	37.523	39.156	1.633
2030	55.158	166.084	175.815	9.731
2035	45.260	125.321	143.120	17.800
2040	11.400	35.020	36.731	1.710
2045	51.000	119.911	162.644	42.734
2050	55.609	191.383	180.318	-11.065
2055	16.450	47.852	52.719	4.867
Total	350.852	1.015.155	1.115.849	100.695

Os resultados acumulados dos exercícios de 2017 e 2016 do plano BD foram apurados pelo regime de competência e resultaram no deficit contábil de (R\$ 240.525 mil) em 2017 e (R\$ 258.166 mil) em 2016.

A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para equacionamento de deficit técnico do plano.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de deficits, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (“duration” do passivo atuarial). Para o deficit, o limite é dado pela fórmula (“duration” – 4) x 1% x reserva matemática.

De acordo com Parecer Atuarial, na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, tendo sido observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela FACEB, montou R\$100.695 mil que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de (R\$139.831 mil).

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Desta forma, conforme previsto na legislação pertinente, o resultado do Equilíbrio Técnico Ajustado, de (R\$139.831 mil) deficitário, é superior ao limite de Déficit Técnico Acumulado de (R\$114.176 mil) ou 7,61% das Provisões Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 11,61 anos em 31/12/2017 (IN PREVIC nº 26/2016), há, portanto, necessidade de realização e aprovação de um novo plano de equacionamento no exercício subsequente, no valor mínimo de R\$25.654 mil, na forma da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

Vale ressaltar que no ano de 2016 foi apurado o equacionamento de R\$33.185 mil, sendo que se inicia com recebimentos mensais a partir de fev/2017 durante o prazo de 217 meses.

NOTA 14 – FUNDOS

14.1 - Fundos Previdenciais - Fundo Coletivo (Plano CD)

O Fundo Coletivo foi constituído no exercício de 2017 pelas transferências dos saldos verificados nas contas previdenciais dos participantes, que efetuaram resgate por motivo de cancelamento de inscrição, decorrente das parcelas não resgatáveis, correspondente às contribuições dos Patrocinadores mais a sua respectiva remuneração.

Quadro 25: Variação Fundo Coletivo R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	2016
FUNDO COLETIVO	827	649
SALDO ANTERIOR	649	545
CONSTITUIÇÕES	178	104

O Fundo Previdencial destina-se à redução de contribuições do Plano CEBPREV ou valorização da cota patrimonial, conforme venha ser definido pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

14.2 - Fundo Administrativo

É formado pelas sobras do custeio administrativo, apuradas mensalmente, mais a remuneração dos seus recursos que estão aplicados no Fluxo de Investimentos. O valor deste fundo, na data do balanço, é R\$ 13.943 mil (R\$ 12.267 mil em 2016), suficiente para garantir o ativo permanente, que nessa data totaliza R\$ 71 mil (R\$ 115 mil em 2016). A movimentação do fundo administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

Quadro 26: Variação Fundo Administrativo

DESCRIÇÃO	2017	2016
FUNDO ADMINISTRATIVO	13.943	12.267
SALDO ANTERIOR	12.267	10.573
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	15.743	15.332
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO EXERCÍCIO	(15.256)	(15.102)
REMUNERAÇÃO DO FUNDO	1.189	1.464

Do total de R\$ 13.943 mil, R\$ 10.192 mil é a participação do plano "BD" e R\$ 3.751 mil do plano "CD".

14.3 - Fundo de Quitação de Empréstimos p/ Risco

Este fundo representa a garantia para possíveis perdas com empréstimos concedidos aos participantes da Fundação e foi criado em cumprimento ao Regulamento de Empréstimo a Participantes. Os recursos que constituem este fundo são oriundos da taxa de 0,5%, deduzida no ato de liberação de cada empréstimo aos participantes, acrescidos de mais 1% caso o participante não tenha constituído reserva de poupança suficiente para cobrir o valor do empréstimo no caso de participantes do plano BD, e ainda do recebimento mensal de remuneração, proporcional a seus recursos aplicados. Na data do balanço o seu montante é R\$ 1.807 mil (R\$ 1.787 mil em 2016).

Quadro 27: Variação Fundo Quitação de Empréstimos p/ Risco

DESCRIÇÃO	2017	2016
FUNDO DE INVESTIMENTO	1.807	1.787
SALDO ANTERIOR	1.787	1.846
CONSTITUIÇÕES	85	73
REVERSÕES	(193)	(304)
RENTABILIDADE	128	172

Do total de R\$ 1.807, R\$ 1.785 mil pertence ao plano "BD" e R\$ 22 mil ao plano "CD".

NOTA 15 – GESTÃO ASSISTENCIAL

Está registrado o passivo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O ativo e o passivo totalizam o valor de R\$ 43.404 mil (R\$ 21.588 mil em 2016), sendo R\$ 3.635 mil (R\$ 1.277 mil em 2016) corresponde ao Patrimônio Social, sendo constituído no exercício de 2017 o valor de R\$ 2.358 mil (R\$ 375 mil em 2016).

Quadro 28: Gestão Assistencial

Conta	Nome da Conta	2017	2016
24000000000000	GESTÃO ASSISTENCIAL	43.404	21.588

NOTA 16 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2017 e 2016.

Quadro 29: Demonstrativo de Ajustes e Eliminações (Consolidado)

DESCRIÇÃO	2017	2016
ATIVO	(14.788)	(13.124)
REALIZÁVEL	(14.788)	(13.124)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(1)	(28)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	(1)	(28)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(14.787)	(13.096)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	(844)	(830)
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(13.943)	(12.266)
PASSIVO	(14.788)	(13.124)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(845)	(858)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(394)	(421)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(394)	(421)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(1)	(22)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(1)	(22)
INVESTIMENTOS	(450)	(415)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(450)	(415)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(13.943)	(12.266)
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	(13.943)	(12.266)

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

A Faceb administra planos de benefícios conforme descrito na Nota 1, os aportes dos participantes, assistidos e patrocinadores desses planos de benefícios estão relacionados no quadro a seguir:

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Quadro 30: Receita de contribuição de participantes e patrocinadores

R\$ Mil

Plano	2017		2016	
	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da Faceb	25.056	12.841	22.755	12.336
• CEB	24.826	12.584	22.489	12.060
• Faceb - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	230	257	266	276
Plano de Benefícios CEBPREV	4.746	4.767	3.772	3.809
• CEB	4.511	4.532	3.573	3.609
• Faceb - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	235	235	199	200
TOTAL	29.802	17.608	26.527	16.145

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos à alta administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos) são apresentados como segue:

Quadro 31: Custos com Remuneração Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

R\$ Mil

Descrição	2017	2016
Benefícios de curto prazo (remuneração, contribuição para INSS, FGTS e outros)	1.796	1.655
Benefícios pós-emprego (contribuição patronal Plano de Benefícios)	100	99
Total	1.896	1.754

NOTA 18 – SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, apresenta-se a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma a entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

Contas de Resultado

- **Gestão Administrativa Previdencial – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 372 mil (R\$ 388 mil em 2016). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

- **Gestão Administrativa Investimento – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 313 mil (R\$ 741 mil em 2016). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

NOTA 19 – RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATO COM A PATROCINADORA – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

De acordo com o quarto termo aditivo ao contrato 083/2001-PRPJU-CEB, assinado em 1 de abril de 2015, foi suspensa pelo período de 15 (quinze) meses, a contar de 01 de abril de 2015 até 30 de junho de 2016, obrigando-se a CEB, a recolher mensalmente à correção integral de cada parcela suspensa ou seja juros equivalentes a 6% ao ano, capitalizados mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC/IBGE, conforme contrato principal.

O valor do saldo devedor remanescente foi apurado em 01 de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897 mil sendo financiado em 13 (treze) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira delas no dia 31 de julho de 2016.

Os pagamentos das parcelas foram retomados regularmente conforme termo aditivo ao contrato de suspensão.

O referido contrato foi integralmente pago durante o exercício de 2017.

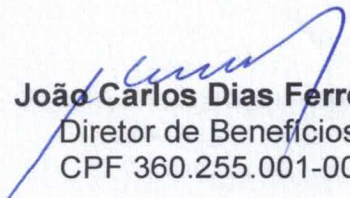
Brasília, 16 de fevereiro de 2018.




Marco Antonio Vieira
Presidente
CPF 239.337.041-20



Naor Alves de Paula Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 307.609.091-72



João Carlos Dias Ferreira
Diretor de Benefícios
CPF 360.255.001-00



André Bahia Ribeiro
Contador CRC-DF 19172
CPF 005.378.011-62